



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150797 - PA (2021/0232361-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : MARCOS WILLE TENORIO DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MARCOS WILLE TENORIO DOS SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (HC n. 0804905-19.2021.8.14.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente pela prática em tese do delito previsto no art. 14 da Lei n. 10.826/03.

Sustenta a ausência de fundamentação idônea a justificar sua segregação cautelar, em manifesta violação ao art. 315 do Código de Processo Penal, destacando que a medida extrema teria sido imposta com base apenas na gravidade em abstrato do delito.

Alega, ainda, que "*deve ser realizado o controle de convencionalidade da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, sob pena de responsabilidade internacional do Estado Brasileiro perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, por violação da Convenção Americana de Direitos Humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.*" (e-STJ fl. 78).

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva. Subsidiariamente, pugna pela substituição da prisão por medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva (e-STJ fls. 58/62):

O foco da impetração reside na alegação de que resta configurado constrangimento ilegal à liberdade do paciente em virtude de falta de fundamentação da decisão que decretou sua segregação.

Não há que ser dado provimento ao writ, pois denota-se, de tudo que dos autos consta, a inoccorrência do alegado constrangimento, tendo em vista que se observa da decisão proferida pelo magistrado singular fundamentação suficiente à manutenção da custódia, não havendo, portanto, coação ilegal a ser reparada.

Ao contrário do que alega o impetrante, restou demonstrado que a prisão preventiva foi adequadamente motivada, com base em elementos extraídos dos autos, ante não só a gravidade concreta da conduta do paciente, que de forma reiterada atua em práticas criminosas, mas também

mediante a possibilidade deque, em liberdade, volte a delinquir, o que efetivamente colocaria em risco a ordem pública, restando a decisão fundada no art. 312 do CPP, uma vez que presentes indícios de autoria e prova de materialidade do crime.

Ressalto, por oportuno, não haver ilegalidade na decisão que decreta e/ou mantém a prisão preventiva quando a mesma está devidamente justificada na garantia da ordem pública, que efetivamente se mostra vulnerada diante da potencialidade lesiva da infração praticada, como no caso dos autos.

[...]

Observa-se, do excerto ao norte colacionado, que a decisão que decretou a custódia cautelar do paciente, ao contrário do alegado pelo impetrante, apresenta devida e suficiente fundamentação à sua manutenção, fazendo o magistrado menção ao crime, em tese, praticado pelo paciente, inclusive sua recorrência na prática de crimes o que, ao meu ver, já demonstra a efetiva necessidade de resguardo da ordem pública.

Adoto aqui o mesmo entendimento já emanado pelo doutrinador Guilherme de Sousa Nucci, para quem a expressão ordem pública seria a indispensabilidade de se manter a ordem na sociedade, que, como regra, é abalada pela prática de um delito, afirmando que a gravidade deste, a repercussão social com reflexos negativos e traumáticos na vida de muitos, propiciando aos cidadãos um forte sentimento de impunidade e de insegurança, permite ao juiz determinar a prisão preventiva do autor.

[...]

Pude aferir, de tudo que dos autos consta, que as razões que fulcraram o decreto de prisão cautelar, permanecem íntegras ante a presença do fumus comissi delicti e do periculum libertatis, como bem fundamentado pelo magistrado a quo. Dessa feita, não vislumbro qualquer coação ilegal a ser reparada, pois, embora a nova ordem constitucional apresente a liberdade como regra, somente excepcionando aludido entendimento em casos estritamente forçosos, há de se ressaltar que a segregação cautelar não conflita com a presunção de inocência quando devidamente fundamentada pelo julgador a sua necessidade, como é o caso dos autos, onde o magistrado ressaltou a necessidade da medida excepcional de privação cautelar de liberdade para resguardar a ordem pública.

Ademais, o decreto cautelar cumpre também seu papel de evitar que criminosos, postos em liberdade logo após a prática do delito, se vejam estimulados a voltarem a delinquir, sendo certo, ainda, que a prisão, por si só, não afronta o princípio do estado de inocência.

[...]

Quanto à alegação de que o magistrado proferiu

decisão genérica, que vem sendo adotada em diversos casos, independentemente do crime, tenho que não se configura tal ocorrência, como se denota do excerto ao norte colacionado. Ademais, a adoção de modelos de decisão não se mostra, a meu ver, ilegal quando há a devida individualização de conduta, como no caso em apreço.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência